

**COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO NA ALFÂNDEGA
DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – COLFAC**

10ª REUNIÃO DA COLFAC

ATA

03/09/2019, terça-feira, 10h

ALF/VCP, 1º andar, Auditório

Participantes:

Fabiano Coelho	RFB - COORDENADOR TITULAR
Ticiara Ferreira Lopes da Silva	ANVISA – MEMBRO TITULAR
Anselmo Riso	IMP. E EXP. – MEMBRO TITULAR
Ricardo Augusto Luize	RECINTOS – MEMBRO TITULAR
Adriano Perrelli Pestana de Castro	VIGIAGRO – MEMBRO TITULAR

- Demais participantes em lista anexa.

DESENVOLVIMENTO

- Foi aprovada a Ata da 9ª Reunião COLFAC sem alterações.

1 – Relato Preliminar do Grupo de Estudos de Gargalo no Despacho

- Foi destacado que a ALF/VCP está preparada para realizar o desligamento da necessidade de lacre entre Viracopos e os recintos OEA sob a jurisdição da unidade. Contudo, tal prerrogativa exigirá que o beneficiário da DTA seja o recinto, ou seja, Libraport ou Multilog. Nesses casos haverá dispensa da lacração e da deslacração no destino.
- Sobre o trânsito ainda destacou-se que ele poderá ocorrer nos finais de semana nos termos acima citados. Ademais, o representante da RFB alertou que as medidas de facilitação do trânsito poderão contar com alternativas melhores no futuro. Cobrou-se a publicação de uma portaria nos moldes da Alfândega do Porto de Paranaguá.
- Em relação à adoção da medida para outros portos secos, revelou-se a necessidade da dispensa de deslacração pelo Delegado com jurisdição no destino. Por fim, sobre o tema, falou-se sobre a possibilidade dos recintos adotarem o lacre eletrônico, a fim de aumentar o nível de segurança.
- Relatou-se que todas as providências para que o plantão de despacho 24 horas ocorra a partir de 16/09 estão sendo tomadas. Com essa implementação haverá trânsito nos finais de semana para os recintos abarcados pela dispensa do lacre e para as empresas OEA.

Encaminhamentos:

- Agendada nova reunião para o grupo no dia 19/09. Previamente deverá haver a definição de pauta. A Multilog recepcionará o grupo e tratará dos trâmites para a ocorrência do evento.

2 – Nova Sistemática de Atendimento para o MAPA/Vigiagro

- O representante do MAPA destacou que houve muitos avanços no tratamento de madeira, com destaque para a sua separação da embalagem e para a adoção do canal verde para 25 empresas conformes. Para essas a fiscalização ocorrerá em intervalos de 3 meses. Outras empresas poderão pleitear o benefício, que requer atendimento de critério específico.
- Em relação à madeira de peação (sobra de voo), a Vigiagro relatou que vai estabelecer critério de chegada e retorno sem tratamento nesses casos.
- Foi relatado, ainda, avanços na questão de não devolução de embalagens de madeira.
- Por fim, o representante do órgão asseverou que os últimos cortes orçamentários levaram à dispensa de mão-de-obra terceirizada, gerando a necessidade de realizar-se uma reestruturação/realocação da equipe. Nesse momento, o representante da Concessionária do Aeroporto colocou funcionário do seu corpo de colaboradores à disposição do Mapa para atender os protocolos. Destacou ainda que a estrutura do CIALOG está aberta para funcionar como “poupatempo” para todos os órgãos públicos, ANVISA, MAPA e RFB.
- O representante da RFB considerou pensar no tema, contudo, destacou necessidade de avançar no assunto em reuniões específicas.

Encaminhamentos:

- Necessidade de reunião com Companhias aéreas para tratar sobre o tema da madeira de peação.
- Reunião específica para “CAC Geral”.

3 – Alterações atendimento RFB: Avaliação de casos apresentados, criação da Caixa Corporativa Orientador Aduaneiro para dúvidas concretas do despacho em VCP, Domicilio Tributário Eletrônico e Procuração Eletrônica.

- Foi criada caixa de e-mail corporativa para tirar dúvidas sobre despachos em trâmite na ALF/VCP, o endereço foi divulgado na reunião: orientacaodespacho.sp.alfvcp@rfb.gov.br. Destacou-se que as dúvidas serão respondidas com base nos manuais aduaneiros. As demandas devem ser referentes a casos concretos.
- Foi realizada a leitura das sugestões referentes ao atendimento da RFB, destacou-se:

Sugestão atendimento	Solução
----------------------	---------

Cumprimento de horários e previsibilidade nas conferências físicas;	No recebimento da DI, informar o agendamento da conferência
Atendimento ERAE	Alterações nos setores (unificação de equipes) e outras que serão promovidas em breve e que foram efetuadas devem solucionar tais questões. Destaque para a ferramenta bat-doc.
Atendimento em relação às exigências	

- Foram apresentadas reestruturação da Equipe de Despacho de Exportação e da Equipe de Regimes Aduaneiros Especiais. Ressaltou-se que na nova sistemática de parametrização de DIs de Admissão Temporária vai privilegiar os processos bem instruídos, em detrimento daqueles em que são anexadas fotos ilegíveis, e que faltam documentos.
- Destacou-se a necessidade de utilização do DTE pelas empresas habilitadas no comércio internacional, por ser este um requisito para a manutenção da habilitação. Nesse sentido, o representante da RFB destacou que não haverá mais escaninhos para ciência pessoal nos setores da Alfândega, sendo assim, os despachantes aduaneiros devem possuir e incentivar o uso da procuração eletrônica.
- Sobre procedimentos de mudanças realizados pelas companhias aéreas, destacou-se impacto no atendimento da RFB e a necessidade de se trabalhar para melhorar o nível das informações para essas pessoas físicas. As empresas de remessa expressa sublinharam que não foram citadas nessas situações, logo, entendem que sua comunicação com esses clientes é efetiva.

Encaminhamento:

- Sindasp/Ciesp farão contato com JURCAIB e ABRAEC para transmitir a necessidade de melhorar procedimentos de atendimento no caso de pessoas físicas.

4 – Reinclusão do despachante aduaneiro no programa OEA

- Houve apresentação de proposta de inclusão do despachante no programa OEA. Destacou-se que o tema é de suma importância, considerando que os despachantes são responsáveis pela inclusão das informações no sistema.
- Falou-se sobre o histórico da implementação da OEA no Brasil. Ressaltou-se que na União Europeia qualquer interveniente pode ser habilitado, diferente do que ocorre no Brasil. A consultoria trazida pelo Sindasp sublinhou que a adequação proposta facilitará acordos com UE e Mercosul, pois colaborará por uma integração de normas.
- Discutiu-se sobre a real necessidade de prova escrita para certificar o despachante na OEA, uma vez que ele já teria provado seus conhecimentos no concurso de habilitação como tal. Nessa senda, a consultoria supracitada alegou

inconsistência de normas jurídicas em relação aos despachantes aduaneiros, destacou tratar-se de função pública.

- O representante da Receita Federal, no seu turno, destacou que as empresas cadastradas no OEA respondem por mais de 30% das importações nacionais, no entanto, a exportação ainda apresenta um gargalo, que pode ser dirimido ou atenuado pelos acordos de reconhecimento mútuo que se avizinham entre Brasil e China, Estados Unidos e União Europeia.
- A RFB relatou ainda que a existência do despachante aduaneiro como OEA pode ajudar nos acordos, por outro lado, a judicialização da questão os atrapalha.
- Ressaltou-se ainda que o CTPAT americano, em visita realizada à ALF/VCP na semana anterior à COLFAC, verificou melhorias no programa e expressou uma avaliação bastante positiva.
- O representante da RFB evidenciou ainda que, no que diz respeito aos requisitos para a certificação dos despachantes aduaneiros, a própria classe precisa acordar se os critérios serão mensurados por prova ou curso. De qualquer modo, faz-se mister ter algum diferencial entre despachantes certificados e não certificados. Ademais, a prova da certificação pode ser diferente da do cadastro.
- Por fim, acentuou-se que a RFB necessita de mais mão-de-obra alocada nos processos de trabalho referente à inclusão de novos atores na OEA. De qualquer forma, as empresas devem cuidar de toda a cadeia para a certificação. Aos poucos a cadeia vai crescendo.
- O representante dos importadores e exportadores reconheceu a necessidade de qualificação de despachantes para a inclusão no programa.
- **Encaminhamentos:**
 - Proposta de criação de grupo de trabalho para inclusão dos despachantes no programa OEA. A RFB não consegue conduzir esses trabalhos, mas apoio e ajuda com encaminhamentos via COLFAC e via COANA.

5 – Fluxo de Carga Viva – Proposta Concessionária Viracopos

- A apresentação destacou permanência do modus operandi atual para animais que permaneçam no recinto por até 6 horas (armazenamento próximo a EVR);
- Para casos de animais com problema sanitário, a concessionária propôs a devolução imediata ao exterior. Nesse ponto, o Mapa destacou que faz análise documental prévia e não autoriza a saída do animal do avião. Ressaltou ainda que quando o problema for documental, o animal pode precisar permanecer no recinto por cerca de 3 a 4 dias.
- O representante do recinto, então, trouxe como proposta a notificação do representante legal do animal para indicar tratador responsável. Nesses casos, o animal seria levado ao terminal de cargas vivas, que deverá passar por adequação de estrutura para receber os de pequeno porte.

- O Mapa insistiu em dúvida sobre fluxo nas hipóteses em que o representante não aparecer. Foi suscitada a possibilidade de estabelecer a guarda provisória do animal com terceiros (no caso de problemas fiscais). A RFB destacou que nem sempre o importador pode ser o fiel depositário. A Concessionária entendeu não ser responsável pela vida do animal.
- Representante do IBAMA, que assistia a reunião, argumentou no sentido da corresponsabilização do depositário na obrigação do poder-dever de manter o animal em condições de vida. O órgão alertou para a legislação referente a maus tratos de animais, inclusive o abandono e suas punições. Destacou que todos os envolvidos podem ser cobrados nesse quesito.

Encaminhamento:

- Grupo para estudar melhorias no fluxo de animais, principalmente em caso de abandono pelo importador e outros que reflitam na permanência do animal no recinto por mais de 6 horas. Participantes: Marco Aurélio Mucci (RFB), Mapa, Ibama, ABV e companhias aéreas.

6 - Demais Assuntos

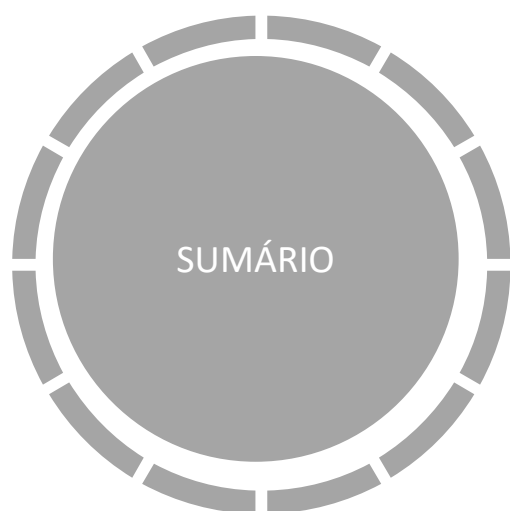
- Pautas sugeridas para a 11ª Reunião da COLFAC:
 - Apresentação sobre modelo Remessa Expressa Habilitação Especial para OEA: diferimento no pagamento, localização fora da zona primária e despacho comum;
 - Apresentação MAPA;
 - Exportação: impossibilidade de depositários e transportadores visualizarem as DUEs vinculadas ao Master (RFB ficou de encaminhar o assunto)

Programa OEA Conformidade para Despachante Aduaneiro

Reunião COLFAC 03/10/2019



Sumário



1. Justificativa para discutir o tema no COLFAC
2. Justificativa para reinclusão do Despachante Aduaneiro OEA
3. Proposta para Trabalho Conjunto para elaboração QAA – Despachante Aduaneiro

1. Justificativa para discutir o tema no COLFAC



. Fundamento Legal.

- *Acordo de Facilitação de Comércio*
- **Decreto-Lei 2472/1978**
- **Portaria Conjunta RFB / SDA/Anvisa 1702/2018**

. Premissas.

Primeira: Art. 10 item 6 do AFAC – Dispõem sobre o **uso não obrigatório** de despachante aduaneiro pelo País Membro.

Segunda: Art. 5, parágrafo 3º do Decreto-Lei 2472/1978 - Dispõem que a designação do importador e do exportador **poderá** recair em despachante aduaneiro

Terceira: Art. 1º da Portaria Conjunta RFB / SDA / Anvisa 1702/2018 - Ficam instituídas Comissões Locais de Facilitação de Comércio (Colfacs), que têm o objetivo de **promover a discussão entre usuários** e entes públicos de propostas de aprimoramento dos procedimentos relativos à exportação, à importação e ao trânsito de mercadorias e a participação colaborativa nos processos de implementação das **disposições sobre facilitação do comércio**.

O tema “Reinclusão do despachante aduaneiro do Programa OEA” pode ser objeto de discussão no comitê.

2. Justificativa para reinclusão do Despachante Aduaneiro OEA



. Fundamento Legal.

- **IN RFB 1.598/2015**

. Fundamentos.

Art. 1º O Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA) será disciplinado de acordo com as disposições desta Instrução Normativa.

§ 1º Entende-se por Operador Econômico Autorizado (OEA) o **interveniente em operação de comércio exterior envolvido na movimentação internacional de mercadorias a qualquer título que, mediante o cumprimento voluntário dos critérios de segurança aplicados à cadeia logística** ou das obrigações tributárias e aduaneiras, conforme a modalidade de certificação, demonstre atendimento aos níveis de conformidade e confiabilidade exigidos pelo Programa OEA e seja certificado nos termos desta Instrução Normativa.

Pela definição o Despachante Aduaneiro é um interveniente em operação de comércio exterior envolvido na movimentação internacional de mercadorias a qualquer título

2. Justificativa para reinclusão do Despachante Aduaneiro OEA



NOTÍCIAS

Alterações da IN RFB nº 1598/2015

PROGRAMA
BRASILEIRO DE OEA

28/09/2018 - Foram publicadas as IN RFB nº 1833 e 1834 que alteraram dispositivos importantes da IN que dispõe sobre o Programa Brasileiro de OEA.

Motivação da Exclusão: Em virtude da alteração trazida pela Instrução Normativa RFB nº 1.834, os despachantes aduaneiros foram excluídos do rol de intervenientes da cadeia logística que poderiam ser certificados como OEA. Tal decisão foi motivada por um volume crescente de contencioso, administrativo e judicial, no qual se alega que os benefícios concedidos pelo programa à categoria profissional de despachantes aduaneiros caracterizariam algum tipo de regulamentação ou o estabelecimento de restrições ao exercício da profissão. Baseados nessa premissa, centenas de despachantes aduaneiros impetraram ações judiciais para integrar o Programa, sem o cumprimento dos requisitos e critérios estabelecidos. A existência dessa cizânia contraria a filosofia do Programa OEA, que é inteiramente baseado na adesão voluntária, e prejudica a negociação de Acordos de Reconhecimento Mútuo.

Está em estudo na Receita Federal do Brasil um novo programa de conformidade específico para contemplar a categoria dos despachantes aduaneiros.

2. Justificativa para reinclusão do Despachante Aduaneiro OEA



COMENTÁRIO DE QUE OS REPRESENTATES ESTIVERAM EM BRASÍLIA ONDE
FOI APRESENTADO O PROJETO PARA ELABORAÇÃO DE NOVO QAA

2. Justificativa para reinclusão do Despachante Aduaneiro OEA



. Fundamento Legal.

- Regulamento Aduaneiro - UE

. Fundamentos.

Art. 5 numeral 5 do Regulamento Aduaneiro da União Europeia
Art. 38 e 39

2. Justificativa para reinclusão do Despachante Aduaneiro OEA



. Fundamento Legal.

- Regulamento Aduaneiro - UE

. Fundamentos.

Art. 5 numeral 5 do Regulamento Aduaneiro da União Europeia
Art. 38 e 39

INCLUIR COMENTÁRIO QUE NO BRASIL PARA INCLUIR OUTROS INTERVENIENTES

Sugestão para Elaboração de QAA específico para o Despachante Aduaneiro

2. Critérios de Elegibilidade

2.3. Solvência financeira

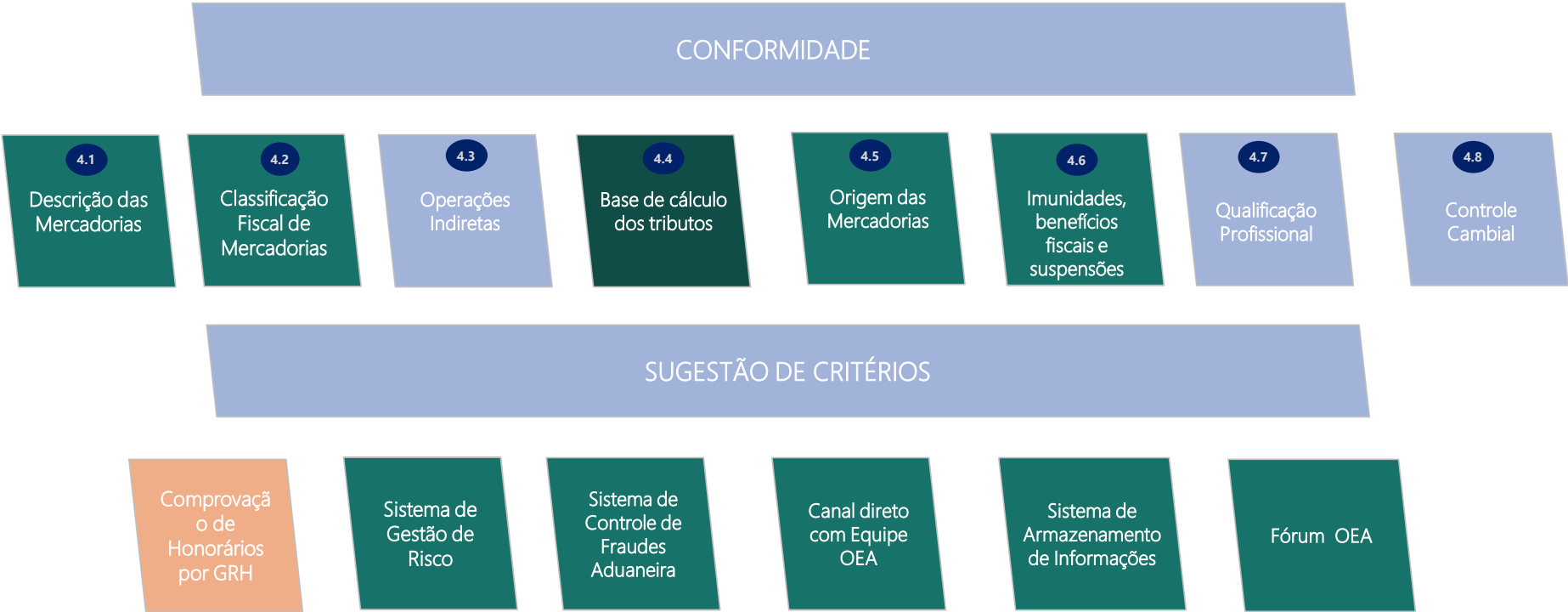
2.4. Política de recursos humanos

**2.5. Gerenciamento de riscos
aduaneros**

. Sugestão.

No caso de Despachante Aduaneiro os quesitos permanecem mediante ajustes para o Despachante Aduaneiro.

2.5. Gerenciamento de riscos aduaneros específicos para Despachantes Aduaneiros.



.AGENDA.

- a) Alinhamento com Equipe OEA
- b) Acordo de Reconhecimento Mútuo (C-TPAT e AEO)
- c) Adequação da Certificação ao Novo Programa de Conformidade na Re-Certificação OEA (Casos Linha Azul)



Gratos pela Atenção